

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

“Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”, diz a Constituição da República Portuguesa. O direito à habitação é um elemento essencial à coesão social e territorial em todo o país, um pilar da democracia. Este é um direito que frequentemente falha a diversas pessoas um pouco por todo o país.

O Bloco de Esquerda recebe muitas queixas e denúncias de condições indignas e de insuficiência das políticas públicas dirigidas à habitação que frequentemente geram interpelações ao Governo. Desta vez as denúncias chegaram do concelho de Leiria e são especialmente gravosas, dadas as suspeitas de envolvimento de várias instituições públicas com um negócio privado abusivo.

Vários cidadãos de Leiria denunciaram ao Bloco de Esquerda que existe um negócio de arrendamento privado, localizado na Rua Comandante João Belo, nº40, no centro histórico de Leiria, onde estão alojadas dezenas de pessoas carenciadas, a quem são cobradas mensalmente mais de 100€ informalmente para ter um teto sob o qual dormir. Segundo as imagens e os testemunhos recolhidos (ex1: vídeo; ex2: áudio), o edifício não reúne condições de salubridade para este fim - ou qualquer outro - e o negócio em causa funciona à margem da lei. Existem imensas infiltrações no edifício, há gente a dormir em vãos de escada com colchão no chão, falta de higienização dos equipamentos e das divisões e falta de equipamentos mínimos num edifício sobrelotado, como comprovam as imagens. Existem relatos de que os residentes só podem tomar banho uma vez por semana e lavar roupa apenas uma vez por mês.

Segundo os denunciantes, esta situação decorre com a complacência da autarquia de Leiria e da delegação local do Instituto da Segurança Social. Segundo vários relatos, existem residentes que foram encaminhados para este serviço pelo balcão local da Segurança Social e há até entre estes um funcionário da autarquia. Relataram ainda que foram apresentadas queixas à PSP e que o local já teve a visita de agentes que constataram as más condições, sem que tivesse existido alteração da situação ou que esta tivesse sido direcionada para as entidades

competentes, nomeadamente a proteção civil.

A situação descrita representa uma violação a vários direitos constitucionais, tem um histórico de muitos anos e apenas se pode manter aos dias de hoje com a conivência das autoridades, a ausência de fiscalização eficiente e a inexistência de políticas públicas para solucionar estes problemas. O município poderia assegurar a posse administrativa das habitações indignas, que representam um perigo para quem ali vive, e reabilitar o edificado. Não se entende igualmente que existam senhorios que continuem a atuar à margem da lei, extorquindo pessoas em troca de pouco mais que um teto, sem que estes agiotas sejam culpabilizados pelo atentado aos direitos humanos e pelo abandono da manutenção do seu edificado, colocando pessoas e bens em perigo.

O Bloco de Esquerda considera que, perante a falta de resposta da autarquia e a atuação da Segurança Social local, cabe ao Governo tomar medidas no imediato para garantir condições adequadas de habitação, a proteção das pessoas afetadas e o apuramento de responsabilidades sobre os vários incumprimentos face à legislação em vigor.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do ministro das Infraestruturas e da Habitação, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento da situação exposta?
2. Está o Governo disponível para instruir as entidades competentes para inspecionar a atividade subjacente às práticas descritas, as instalações do edifício e as respetivas condições de habitabilidade e segurança?
3. Pode o Governo confirmar que o balcão da Segurança Social em Leiria está efetivamente a encaminhar pessoas com dificuldades económicas para este espaço?
4. Caso se confirmem as suspeitas, está o Governo disponível para tomar diligências de forma a assegurar o direito à habitação digna a todas as pessoas que estão a residir neste edifício e que não têm meios económicos para o garantir autonomamente?
5. Contempla o programa de alojamento urgente, promovido pelo Instituto da Segurança Social, estas carências habitacionais em Leiria?
6. Tem o Governo conhecimento do grau de implementação em Leiria das ferramentas previstas para os municípios na lei de bases da habitação, como por exemplo a carta municipal da habitação?
7. Houve alguma inspeção da delegação regional de saúde ao edifício em causa?
8. Confirma o Governo que chegaram queixas à PSP? Se sim, por que razão não deu a PSP seguimento à situação de ilegalidade e insegurança em causa?

Palácio de São Bento, 21 de setembro de 2021

Deputado(a)s

RICARDO VICENTE(BE)

MARIA MANUEL ROLA(BE)